

— CONTRA A UNIVERSIDADE DE CLASSE
— POR UMA UNIVERSIDADE AO SERVIÇO DAS CLASSES
TRABALHADORAS

"Pensar na universidade portuguesa sem pensarmos na sociedade de que ela faz parte é um erro. Vivemos numa sociedade dividida em classes, onde uma minoria exploradora vive à custa da maioria da população, que a sustenta com o seu trabalho". do Programa.

A — Introdução

Os estudantes apesar de provirem das classes sociais mais favorecidas (grande, média e pequena burguesias), (em 1964 somente 4,2% dos estudantes universitários eram filhos de trabalhadores), apresentam, contudo, determinadas características que os podem levar à compreensão e recusa global do seu sistema de ensino:

1 - a sua disponibilidade, possibilita a tomada de consciência no que diz respeito a uma problemática política, social e económica, isto é, àquilo que condiciona a razão de ser da Universidade.

2 - A sua capacidade intelectual que possibilita o acesso a todos os mecanismos de mistificação ideológica, à desmontagem do sistema de valores vigentes, ao funcionamento da sociedade capitalista.

3 - A sua situação de pré-profissional (futuro médico) e pré-militar (no caso dos homens) leva-o a problematizar qual será a aplicação social dos conhecimentos adquiridos na Universidade.

Todas estas características concorrem para que o estudante seja capaz de ultrapassar facilmente toda uma herança de classe, seja capaz de poder compreender e articular os seus processos concretos de escola com a realidade social em que vive. Assim, tentar passar à "priori" uma certidão de "mentecaptos políticos" aos estudantes é objectivamente procurar perpetuar o "statu quo", mascarar a realidade, isolando cada vez mais o estudante no "getto" universitário.

B — Função social da Universidade

A Universidade, porque não é uma instituição separada do poder político (o Estado), desempenha na sociedade capitalista duas funções essenciais:

1 - Leva à formação de quadros técnicos e burocráticos destinados ao aparelho administrativo-estatal e à gestão capitalista da produção.

2 - Leva à elaboração e à transmissão dos valores da classe dominante (ideologia), à formação dos quadros docentes destinados a reproduzir e a retransmitir, no ensino médio e secundário, essa mesma ideologia, a qual se destina a perpetuar e consolidar o poder político e económico da classe dominante.

Deste modo, todo o ensino ministrado na Universidade, os métodos de transmissão e avaliação de conhecimentos e a organização interna da própria universidade reflectem os fins a que ela se destina: perpetuar todo o sistema de exploração das massas trabalhadoras.

C — Crise da Universidade

I - Enquadramento

Apresentada em linhas gerais a função social da Universidade, interessa-nos especialmente analisar o modo como depois do pós-guerra a burguesia portuguesa tem vindo a utilizar o aparelho universitário de acordo com os seus interesses de classe. Impõe-se assim um debruçar sobre alguns aspectos fundamentais das transformações da realidade portuguesa nas últimas décadas, que necessariamente se vão articular, e a diferentes níveis, com as alterações verificadas em igual período da estrutura e funcionamento da Universidade.

Uma situação de facto a constatar é a linguagem inteiramente nova utilizada pelos órgãos do aparelho de estado e pelas entidades estritamente ligadas aos grandes capitais industriais e financeiros, linguagem essa liberalizante, reformista e em estrita correspondência com uma estratégia que igualmente se pode considerar nova. Tenha-se em conta, por exemplo, o apelo à dinamização da economia nacional (à eficácia, ao aumento de produtividade, etc.), a abertura às "reformas justas" e às "ideias fecundas", à "batalha da educação" e à democratização do ensino (com o aproveitamento máximo das potencialidades da população) etc.

Antes de enquadrarmos esta estratégia governamental, determinada nas suas formas pelos problemas particulares que se põem em determinado momento aos interesses numa situação de dominação e de exploração da população portuguesa, insistimos em notar o facto de essa estratégia, reformista e liberal, constitui um elemento novo que representa um significativo abandono de certos princípios intransigentemente apontados e defendidos pela República Corporativa.

A subida de Marcello Caetano, veio permitir a cautelosa elaboração de uma linha política em correspondência com a satisfação das necessidades de desenvolvimento do país, a processar-se de acordo com os interesses dos grupos tecnologicamente mais desenvolvidos e em detrimento da influência dos sectores agrário-financeiro-africanos, que dominavam a vida do país em períodos anteriores da República Corporativa.

II - Análise económica

Este primeiro período, que termina com o início da década de 50 é marcado por um "misto de feudalismo e capitalismo voltado para o Ultramar que acabando por se instalar no país sob a égide do Poder Central, não favorecendo nem a indústria nem a agricultura metropolitanas em termos nacionais".(1)

(1) Citamos Seara Nova de Dezembro, J.C.azevedo, 1970

Voltaam para o ruralismo, sem que contudo, qualquer reestruturação ou modernização do sistema agrário, verdadeiramente arcaico, pudesse ser encarada, pois iria opôr-se aos interesses dos grandes proprietários, a economia portuguesa conheceu apenas raros empreendimentos industriais aos quais são conferidos estatutos de monopólio. Com efeito, a burguesia agrícola-comercial defende de um modo cerrado os privilégios adquiridos, tomando medidas tendentes a impedir qualquer dinamização no sentido da livre concorrência.

Debata-se o país numa situação de estagnação, caracterizada por alguns empres levantos industriais sem seguimento, uma persistência da economia rural (não rebr cação) ao mesmo tempo que uma minoria (a referida Burguesia agrícola-comercial) acu mulava grandes fortunas e que a grande maioria da população, nomeadamente das clas ses trabalhadoras, mantinha um baixíssimo nível de vida: a oferta superava largamen te a procura no mercado do trabalho; em consequência do longo processo de proleta rização das massas camponesas iniciada em 1926, só no período que vai desse ano a posterior desaparecido mais de 200 000 pequenas e médias explorações agrícolas com a consequente proletarização dos seus proprietários. A abundância de mao-de-o bra e a repressão de toda a movimentação operária explicam os baixos salários pa ssados.

De a Segunda Grande Guerra tornou possível uma larga acumulação de capitais, mas foi porém nos anos mais próximos que se verificou a utilização desses capita is para uma tentativa de reconstrução económica. Portugal encontrou-se então numa situa ção privilegiada para um país subdesenvolvido: a detenção de recursos próprios pa ra encetar um processo de desenvolvimento económico. Uma das características das economias sub-desenvolvidas é com efeito a falta de capitais. Mas para ser encetado tal processo não basta que haja abundância de capitais em termos absolutos, mas sim, de acordo com o determinado modo de produção em que uma minoria é possuidora dos meios de pro dução (modo de produção capitalista), que os grupos detentores das reservas de ca pital estejam dispostos a investi-los. É isso que acontece nos primeiros anos do após-guer ra. Mergulhadas numa rígida política de defesa das posições adquiridas, as burgue sias nacionais hesitam em lançar-se num programa de investimentos sistemáticos. De terminadas camadas dessa burguesia, ligadas aos interesses agrícolas e comerciais do período ruralista, actuam no sentido de travar as tendências para investir na in dustrialização que as camadas burguesas enriquecidas durante a guerra, evidenciavam.

Em durante a década de 50 se verifica o ressurgimento industrial - começam en ter a esboçar-se movimentos de liberalização do comércio e de integração economi ca política, aos quais continua a opôr-se a extrema prudência de certos detentores dos meios de produção, que se traduz por exemplo na apregoada política de condic ionamento económico, integrada numa estratégia estatal visando a consolidação da pe quena organização capitalista de tipo monopolista. Interessa aqui chamar a atenção para o facto de, a partir do início dos anos 50, se assistir à explicitação de uma

ênça político-económica que havia surgido anos antes, logo após o fim da guerra, com a formação de grandes reservas de capital comercial. As camadas da burguesia detentoras dessas reservas parecem então querer actuar no sentido de largos investimentos no campo da industrialização, nisso sendo, contudo, contrariadas pelos estratos burgueses interessados nos já referidos sectores agrário-financeiro-africanos, que teimam em persistir arreigados às situações previligiadas alcançadas desde larga data. A posição desses estratos burgueses em relação a uma orientação progressista de investimentos (do capital financeiro acumulado) numa larga industrialização é de extrema prudência, como já notámos. Põe-se então uma condição: só um desenvolvimento de tipo monopolista é viável, pois só assim os investimentos serão feitos de um modo seguro e lucrativo. "Se um industrial cria uma indústria nova que lhe dá bons lucros, justamente conquistados pelo seu esforço inventivo e pela sua coragem de inovar, com todos os riscos inerentes, logo (podem) surgir um, dois, dez concorrentes que vêm desgraçar o negócio (...)" (R. Ulrich, num parecer à Câmara Corporativa ¹). É precisamente impedir a concorrência que a intervenção estatal, através da política de condicionamento económico visa. Atente-se na proliferação na década de 50 das sociedades anónimas, forma superior de organização empresarial capitalista, e o simultâneo desaparecimento de um sem número de pequenas e médias empresas. Enquanto as sociedades anónimas constituídas entre 1935 e 1939 representavam 27% do capital de todas as sociedades existentes, no período que vai de 1955 a 1959 representava já 70% ¹. Mas mesmo assim este processo de desenvolvimento económico não atingiu taxas consideráveis se comparadas com a dos países europeus em situação económica correspondente.

A abundância de mão-de-obra no campo, permitiu, por outro lado, durante a década de 50, a manutenção do arcaísmo do sistema agrário, pois ^{os} muito baixos salários praticados tornavam possível aos proprietários das terras obter lucros da sua exploração, ainda que o preço dos produtos agrícolas se mantivessem, dada a orientação da política oficial tendente a evitar qualquer aumento sensível de salários.

A partir de 1961, alguns factores novos surgem: a aceleração da emigração (legal e ilegal), o serviço militar obrigatório, o aumento das despesas militares após o desencadeamento da guerra colonial, e outros factores que, com os anteriores, se vão articular na agudização de um processo inflacionista (subida dos preços) que em breve se tornará uma das grandes preocupações dos governantes.

Os investimentos políticos acusam estagnação ou pelo menos uma elevação pouco satisfatória. Por seu turno, a falta de mão-de-obra numa série de níveis de actividade produtora do país - desde os trabalhadores rurais aos operários especializados - obriga o patronato a praticar salários mais altos que se vão imediatamente reflectir numa subida dos preços dos produtos tanto do sector agrícola como do in

(1) Citamos J. C. de Azevedo, "Seara Nova" de Dezembro de 1970.

dustrial.

As atitudes governamentais dirigem-se primeiro para o combate à política dos salários altos a que se via obrigado a recorrer o sector privado, pois tal política implicava claramente a subida dos preços e do custo de vida. Mas a prova cabal de que a crise se tem vindo a agudizar é a ineficácia evidenciada por tais medidas governamentais. Com efeito, o próprio governo viu-se obrigado nos últimos tempos a rever os salários do funcionalismo público cujos vencimentos não sofriam aumento desde 1959, dada a crescente diferença entre o nível de remunerações desse funcionalismo público e o das então praticadas no sector privado. Também o aumento dos preços tabulados que se desejavam fixos tem vindo a ser permitido, a fim de tornar possível o escoamento dos produtos tanto industriais como agrícolas, pois tanto no campo industrial como agrícola os salários a subir, vão obrigando o patronato a subir os preços dos produtos.

O elemento mais importante que nos interessa considerar neste breve quadro da evolução da economia portuguesa desde 1961, é a subida dos salários, elemento realmente novo se tivermos em mente os períodos anteriores. Essa subida de salários, ainda que não constitua uma subida dos salários reais (pois dela é simultânea uma subida global do custo de vida), vai levar no entanto ao aparecimento de determinadas camadas sociais com assinaláveis níveis de remuneração, que subiram segundo uma percentagem assinalável. Verifica-se então um aumento de consumo por parte dessa camada (o que aliás acaba por constituir outro factor inflacionista) que se reflecte a uma série de níveis, um dos quais é indubitavelmente a possibilidade de enviar^{os} filhos à universidade.

A universidade, dada a sua função social de instrumento de classe, é então utilizada por estas camadas assalariadas mas com um nível de remuneração considerável, como uma afirmação da sua posição na hierarquia social. A frequência da universidade e a licenciatura final constituem um valor social que ao ser assumido por esses estratos, define a sua posição na referida hierarquia social.

Apesar das crises em que se debate, a economia portuguesa é marcada no período que vem desde 1961, pela consolidação dos grupos tecnologicamente mais avançados, em detrimento da influência dos sectores "agrário-financeiro-africanos" (segundo uma designação de A. Reis) que dominaram o país durante largos anos. Estamos agora em situação de compreender essa evolução, que já havíamos referido atrás, e no momento a nova linha política que tem vindo a esboçar-se desde a subida ao poder de Caetano.

III - Significado do reformismo

A ideologia nacionalista, arma do capitalismo "agrário-financeiro-africano" tenderá pois a ser abandonada; novos princípios de orientação serão formulados, mais consentâneos com a nova linha que o capitalismo português segue, e muitas vezes constituindo uma clara ruptura com pressupostos da ideologia nacionalista

anteriormente tão intransigentemente defendida. Repare-se na ruptura ideológica introduzida por Veiga Simão: "Decididamente, o futuro da Nação reside apenas em elites fechadas e diminutas. Às reduzidas aristocracias de cultura contrepõe-se a educação das massas, constante preocupação dos governantes de hoje, à qual até tencionava aderir por imperativo de sobrevivência nacional"¹ (o sublinhado é nos 30).

A natureza desta ruptura com a ideologia passada e a aproximação com a ideologia democrático-liberal é extremamente sintomática, explicitando claramente a necessidade que se põe no capitalismo português de 1970 de um aproveitamento integral da potencialidade da totalidade da população, a ser conseguida através de um processo de democratização: "problema esse que, insistimos, não tinha cabimento no período de estagnação do capitalismo-agrário-africano.

A burguesia portuguesa acredita então no interesse e na possibilidade de uma democratização, de uma abertura ao maior número possível de indivíduos. Encara-se inclusivamente a criação de cursos nocturnos universitários, os mecanismos de selecção são gradualmente esquecidos ou apenas aligeirados. É a democratização estatística (quanto mais entram mais democrática é), o que, se por um lado reflecte problemas agudos de organização na realização das reformas enunciadas, por outro mostra de um modo evidente como as burguesias nacionais, na defesa de uma certa evolução que lhes interessa, estão nitidamente necessitadas na formação de quadros (superiores e intermédios, sendo estes, na ausência de institutos politécnicos, escolas práticas, etc., preenchidos por alunos eliminados ao longo dos cursos superiores), só possível através de uma larga mobilização.

É portanto aceite a possibilidade efectiva de se efectuarem reformas das estruturas escolares que permitam a estas adaptarem-se à crise provocada pela chegada às escolas - e nomeadamente às faculdades - da massa resultante da "abertura". No entanto, mais de um ano decorreu após o enunciar dos propósitos reformistas do Governo, e cada vez são mais patentes as dificuldades postas ao seguimento da linha de acção inicialmente apontada.

IV - Crise de funcionamento

Tentámos explicar o porquê de toda a movimentação reformista que durante estes últimos anos se manifestou na universidade, a fim de a adaptar às novas necessidades do sistema capitalista.

Contudo damos-nos conta que em certas faculdades, no caso concreto da de Medicina, as reformas não chegaram ou não foram completadas de modo a permitir o bom funcionamento desses estabelecimentos. Antes pelo contrário, houve um agravamento das condições de funcionamento (falta de professores, aulas super-lotadas, falta de instalações, falta de apetrechamento técnico, etc.) que chegam mesmo, em certas alturas, a paralisar por completo toda a fábrica de quadros. Ora esta crise, não é senão um aspecto particular da crise geral da Universidade.

(1) - Revista 82-15/2/1978 tomada de posse; citado por A. Reis na "Seara

A burguesia portuguesa, vendo em marcha todo um mecanismo reformista aproveitando de uma certa expansão económica, abriu a universidade a um maior número de alunos permitindo um aumento de população estudantil, sempre pensando que poderia levar essas reformas ao seu termo e assim poder escoar esses quadros para os vários sectores do aparelho produtivo.

Contudo, para isso teria de contar com os seus comparsas imperialistas que a troca de regalias, lhe daria crédito para avançar e completar o processo. Porém, assistimos a uma das mais graves crises do capitalismo internacional que em Portugal assume aspectos agudos dada a completa dependência económica e política em relação ao imperialismo.

Sendo a economia portuguesa uma economia deformada pois vive dependente dos empréstimos e dos investimentos estrangeiros (que apenas investem nos sectores mais rentáveis) toda a crise geral abala seriamente e impede as tentativas da burguesia portuguesa de encarar as reformas do sistema e arrancar com o desenvolvimento económico que ela mesma desejaria (para melhor sobreviver como classe).

Ela não consegue fazer uma reforma agrária, não consegue fazer um arranque industrial, nem criar uma infra-estrutura geral (estradas, caminhos de ferro, habitação, educação, saúde pública, etc.) - (veja-se como exemplo a resposta dada pelas autoridades à recente crise dos médicos que ao contrário das soluções reformistas para as crises estudantis de 69, militariza por completo os hospitais, mostrando-se incapaz de solucionar os problemas levantados) nem consegue solucionar a seu modo o problema colonial, problema esse que agrava e agudiza a sua estabilidade.

3 - Objectivos e limites do Movimento Estudantil

O objectivo do Movimento Estudantil não é uma tomada do poder na Universidade, através da conquista gradual dos seus órgãos de governo, pois isto não iria alterar a sua função social; nem uma reforma democrática do ensino dentro aos limites do sistema capitalista, pois como vimos atrás, a universidade faz parte e integra-se num todo mais geral (o Estado) e não é possível alterá-la isoladamente.

Portanto o objectivo estratégico do Movimento Estudantil é a luta por uma universidade ao serviço das classes trabalhadoras.

Todavia a criação de uma universidade ao serviço das classes trabalhadoras só é possível numa sociedade organizada em função dos interesses das massas laboriosas. Na criação dessa Sociedade Democrática os estudantes não têm um papel fundamental nem decisivo, pois não participam na produção e são um grupo sociologicamente restrito e sem peso político determinante.

Este papel decisivo cabe às forças sociais produtivas: transformação das estruturas sócio-económicas vigentes.

Aos estudantes, cabe desde já, sabendo articular todos os pontos concretos que

lhes dizem mais directamente respeito, com a sua luta por uma universidade ao serviço das classes trabalhadoras e no âmbito universitário:

a) a conquista da prática democrática na universidade, isto é, a utilização do seu local de trabalho como tribuna crítica do sistema em que se insere (quebra do isolamento).

b) a conquista de uma prática pedagógica:

- 1 - luta contra todas as formas de autoritarismo escolar (sapiência do professor; ambiente policial; individualismo concorrencial; ensino sebesto, anti-científico e acrítico; separação da teoria e da prática; etc.
- 2 - luta contra os mecanismos de selecção (ensino repressivo; parcelarização, controle e avaliação dos conhecimentos, etc.).
- 3 - luta contra a repressão; luta pelas liberdades democráticas; luta pela defesa e consolidação das estruturas associativas.
- 4 - desmistificação ideológica dos conteúdos de classe do ensino contrapondo-lhe uma visão científica do mundo e das relações sociais.
- 5 - crítica à função social da Universidade denunciando o seu papel na consolidação da ordem social vigente.
- 6 - luta contra o isolamento e a passividade do meio estudantil (informação global sobre a realidade sócio-económica, as lutas de classe nacionais e internacionais, as lutas anti-imperialistas e anti-colonialistas).